

TAYLOR, Charles, *Le malaise de la modernité* (The Malaise of Modernity, trad. de Charlotte Melançon). Paris, Les Éditions du Cerf, 1994. 127pp.

A despeito de todos os seus "progressos", a modernidade padece de um indistigável mal-estar geralmente designado pelos termos "recuo" e "decaência". Para o filósofo canadense Charles Taylor este mal-estar tem suas fontes no individualismo moderno, no primado da razão instrumental e num "despotismo suave" (em que as instituições e as estruturas da sociedade técnico-industrial restringem grandemente nossas escolhas). De forma que se triplica numa perda de sentido em que desaparecem os horizontes morais (nível ético); num eclipse dos fins (nível tecnológico); e numa perda da liberdade (nível político). Buscando superar os detratores, os defensores e aqueles que escolhem avaliar a cultura moderna em termos de perdas e ganhos, o autor de *Le malaise de la modernité* centra seus esforços num exame das fontes do individualismo contemporâneo, com o objetivo de recuperar o ideal moral que está na base deste e, a partir daí, fazer uma breve e análoga reflexão a respeito da razão instrumental e do despotismo suave. Destaquemos alguns passos do seu itinerário.

Por ideal moral, Taylor entende, simplesmente, tratar-se de uma imagem de uma existência "melhor" e "mais elevada" à qual se deveria aspirar. O que os detratores da cultura moderna não

entendem é que, sob uma procura de realização de si mesmo, encontra-se um ideal de "autenticidade", embora tantas vezes travestido e degradado em suas expressões. Tampouco os defensores desta mesma cultura, ou aqueles que em seu nome acabam por fechar-se em atitudes subjetivistas, egoístas ou de um relativismo fácil e descomprometido, terão chegado às fontes, às implicações e exigências do que se poderia denominar uma autêntica autenticidade. Chegar a esta consciência retificadora de nossas ações pede a aceitação de três teses sustentadas por Taylor: 1. A autenticidade é um ideal válido; 2. Ideais podem ser discutidos racionalmente, bem como a conformidade entre prática e ideal, tese que se opõe a todo subjetivismo; 3. Estas discussões podem levar a mudanças, o que significa opor-se aos que apregoam sermos todos prisioneiros do "sistema".

As fontes histórico-filosóficas da autenticidade revelaram tratar-se de um esforço de fidelidade a si mesmo, bem como de uma descoberta da originalidade própria de cada indivíduo, que deve ser construída, opondo-se a todo conformismo, e podendo chegar ao conflito com os padrões morais vigentes: "existe uma certa maneira de ser humano que é a minha. Eu devo viver minha vida desta maneira e não imitar a dos outros. Isto confere uma importância totalmente nova à sinceridade que eu devo ter comigo mesmo. Se eu não sou sincero, eu perco minha vida, eu perco o que representa para mim o fato de ser humano" (pág. 37). Procu-

rar, no entanto, pautar a própria existência por esse ideal tem suas implicações e exigências.

Nossa identidade forma-se dialogicamente e levamos conosco para um constante diálogo interior “aqueles que contam” em nossa vida. Querer fundar a própria identidade em escolhas feitas mediante uma liberdade auto-determinadora pretensamente todopoderosa contradiz os fatos da vida. Ademais, se queremos nos definir de forma significativa, são indispensáveis horizontes de inteligibilidade em que a nossa livre escolha possa situar-se. De outra maneira, reduziríamos nossas escolhas ao mero capricho, esvaziando-as de todo valor que queríamos possuir. Percebe-se claramente que, para Taylor, “a autenticidade não se opõe às exigências que transcendem o eu: ela as convoca” (Pág. 47).

E mais, o reconhecimento, em termos de igual dignidade, das diferenças que compõem nossa identidade pessoal exige, num nível social, não apenas um horizonte de significação, mas um horizonte partilhado; e, no nível de nossas relações pessoais, o ultrapassar das relações provisórias, se aceitamos que relações pessoais intensas (ainda que possam ser rompidas) contribuem para formar o nosso ser, tornando-se, portanto, inaceitável, neste contexto de um ideal moral, relações meramente instrumentais.

O ideal de autenticidade é, portanto, tecido numa tensão entre sua implicação de criação, construção e descoberta de si, numa originalidade conflitiva, e sua exigência de uma abertura a horizontes de significação (pois sem eles a criação perde a perspectiva que a pode salvar da insignificância) e uma definição de si no diálogo. Para Taylor, o erro das teorias desconstitutivistas está em acentuar a implicação referida neste parágrafo, silenciando a exigência, em conseqüentes formas extremas de um amoralismo da criati-

vidade. Essa tensão constitutiva do ideal de autenticidade, junto às pressões de uma sociedade atomizada, explicam a freqüente deterioração do ideal numa cultura do narcisismo, “que faz da realização pessoal o principal valor da vida e que parece não reconhecer senão poucas exigências morais exteriores ou engajamentos profundos com outras pessoas” (Pág. 63). A sociedade aparece, neste ponto, como o palco de uma luta contínua entre formas “elevadas” e formas “baixas” da liberdade. O que nos remete aos dois outros mal-estares e suas causas.

Taylor sustenta que a razão instrumental traz seus próprios fundamentos morais e, assim como os modos egocêntricos de realização de si traem o ideal da autenticidade, a busca da dominação freqüentemente trai os princípios que a nutrem. Benevolência é o nome usado por nosso autor para designar este ideal de que uma ciência seja útil ao ser humano e que se aplique na melhoria de suas condições de vida. Para que as instituições de uma sociedade tecnológica não nos imponham inelutavelmente uma hegemonia cada vez mais nefasta da razão instrumental, é necessário inscrever a tecnologia no quadro de uma ética da benevolência, sustento do prestígio da mesma razão instrumental. E, por sua vez, inscrever a benevolência numa compreensão justa da ação humana, sabendo que o ser humano, “encarnado, dialógico, temporal” (pág. 111), ultrapassa enormemente um pensamento tecnológico sistemático e pode, por isso, recriar suas relações com a tecnologia, escapando de um quadro de pura dominação e instrumentalização.

Finalmente, a tarefa política é abordada como uma luta contra a fragmentação. “Uma sociedade fragmentada é aquela cujos membros experimentam uma sempre maior dificuldade de se identificarem com sua coletividade política enquanto comunidade” (pág. 124).

A fragmentação é fruto de uma visão crescentemente atomista da vida, de forma a não mais nos sentirmos ligados a nossos concidadãos por projetos e alianças comuns, ao mesmo tempo em que nos sentimos impotentes para obter sucesso em qualquer tipo de iniciativa social. O círculo vicioso é patente e se complexifica no contexto dos grandes estados burocráticos e centralizados. Vencer esta situação pediria iniciativas diversificadas: "subsidiariedade", garantia de plenos direitos democráticos, vitórias que revertessem o sentimento de impotência e a coragem de engajar-se na sempre insatisfatória busca de soluções para a conflitividade própria de nossa cultura.

*Alvaro Mendonça Pimentel.*

BOLLE, Willi, *Fisiognomia da metrópole moderna*. Representação da história em Walter Benjamin, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1994, 426 pp.

*Fisiognomia da metrópole moderna* analisa os textos mais relevantes do pensador alemão Walter Benjamin sobre o fenômeno da grande cidade contemporânea, visando comparar a experiência européia de metrópole com as formas que ela assume no Terceiro Mundo, no caso específico em São Paulo. O autor, que é professor de literatura na Universidade de São Paulo, parte da hipótese de que, mesmo havendo diferenças históricas, culturais e espaciais, é possível estabelecer um diálogo intercultural, dada a universalidade das representações benjaminianas.

Escrito num estilo claro e objetivo, o livro utiliza-se principalmente dos textos *Origem do drama barroco alemão* e *Paris capital do século XIX* como instrumentos historiográficos organizadores

da reflexão. No primeiro, Benjamin constrói uma alegoria crítica sobre a República de Weimar, examinando a Primeira Guerra Mundial e o contexto do pós-guerra -revolução, pobreza e violência-, e, no segundo, tenta compreender o tipo de mentalidade responsável pela passagem da república para a ditadura nazista.

A obra de Benjamin aparece povoada de imagens sobre a cidade, dentro da tradição fisiognômica -técnica de interpretação da sociedade a partir dos traços exteriores dos indivíduos proposta por Lavater (1741-1801). Willi Bolle resgata essa arte, decifrando o rosto da metrópole através da constelação dos fragmentos urbanos de Benjamin. As belas ilustrações da cidade de São Paulo, feitas pela artista plástica Lena Bergstein, materializam essa abordagem imagética.

Em *Fisiognomia da metrópole moderna*, Willi Bolle não só realiza um estudo brilhante da obra de Walter Benjamin como propõe uma leitura comparada de autores brasileiros urbanos, como Mário de Andrade, ou rurais, como Guimarães Rosa, para a compreensão da metrópole no Terceiro Mundo.

EDUSP

CASTRO, Manuel Cabada, *Querer o não querer viver*. El debate entre Schopenhauer, Feuerbach, Wagner y Nietzsche sobre el sentido de la vida humana, Barcelona, Herder, 1994, 456 pp., Coleção "Biblioteca de Filosofía", 31, ISBN 84-254-1808-9

Manuel Cabada Castro é catedrático de filosofia na Universidade de Comillas e titular na Universidade Complutense. Sua produção bibliográfica gira em torno do pensamento filosófico e antropológico dos autores alemães.

Esta obra é um debate sobre o sentido do sofrimento e da busca humana da felicidade, sobre a compaixão, o egoísmo, o amor, o indivíduo e sua imersão na sociedade, sobre a religião...

Em nossa época atual, em maneira nenhuma se podem considerar como caducos ou obsoletos os enfoques filosóficos básicos sobre o sentido do existir humano dados pelos grandes pensadores do século XIX. Nesta obra, elaborada com sentido rigoroso e analítico, pretende-se colocar ao alcance do leitor o estado da questão, a problemática e as tentativas de solução em torno do tema da existência humana, tal como foi abordado por autores tão fundamentais no âmbito da cultura e do pensamento europeus como Schopenhauer, Feuerbach, Wagner y Nietzsche. De maneira simultânea ou sucessiva, porém sempre em mútua e interna conexão ideológica, os pensadores alemães viveram e pensaram de maneira apaixonada, imersos na sociedade convul-

sionada em que lhes coube viver, o modo de ser, difícil e paradoxal, que é o ser e o existir do homem.

Eixo fundamental em torno do qual giram suas reflexões é a vontade de viver do homem, à qual, segundo Schopenhauer, se há de renunciar caso se queira ter acesso a um modo de viver ético e até certo ponto tolerável no âmbito do viver absurdo do homem. Feuerbach enfrentar-se-á decididamente com semelhante enfoque negativo da existência humana, preparando desse modo o caminho — entre Feuerbach y Schopenhauer — que Wagner percorrerá em suas obras teóricas e em seus dramas musicais. Dificilmente se pode entender o modo de pensar de Nietzsche sem analisar e compreender estes pressupostos teóricos que tornam possível seu estilo pessoal e modo de enfocar as questões fundamentais do homem e de sua trágica existência.

*E. Herder*